

# Direito:



Ramificações, Interpretações e Ambiguidades

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# Direito:

Ramificações, Interpretações e Ambiguidades

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

Atena  
Editora

Ano 2021



**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## Direito: ramificações, interpretações e ambiguidades

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 Direito: ramificações, interpretações e ambiguidades /  
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –  
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-888-5

DOI 10.22533/at.ed.885211003

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de  
(Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Em **DIREITO: RAMIFICAÇÕES, INTEPRETAÇÕES E AMBIGUIDADES 1**, coletânea de vinte e quatro capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, nesse primeiro volume, três grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em direito constitucional e direitos humanos; estudos em direito civil e processual civil; e estudos em direito do consumidor.

Estudos em direito constitucional e direitos humanos traz análises sobre constitucionalismo do futuro, princípios constitucionais, responsabilidade internacional dos estados, tribunal penal internacional, medidas de proteção, dados pessoais, família e educação.

Em estudos em direito civil e processual civil são verificadas contribuições que versam sobre relações negociais, direito autoral, direito à moradia, mediação, responsabilidade civil, alienação parental, família, relações poliafetivas e precedentes.

Por fim, em estudos em direito do consumidor, há abordagens que tratam de temas como políticas públicas, hipervulnerabilidade, idoso e contratos consumeristas bancários.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

O CONSTITUCIONALISMO DO FUTURO: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DA VIABILIDADE DAS PREMISSAS DO CONSTITUCIONALISMO DE JOSÉ ROBERTO DROMI NO BRASIL

Carolayne Rocha dos Santos

Cícera Amanda Guilherme Fernandes

Fernando Menezes Lima

**DOI 10.22533/at.ed.8852110031**

### **CAPÍTULO 2..... 13**

A PRIMAZIA DO CHECKLIST EM FACE DOS PRINCÍPIOS DA COOPERAÇÃO E DA INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL

Ruan Andrade

**DOI 10.22533/at.ed.8852110032**

### **CAPÍTULO 3..... 24**

AS IMPLICAÇÕES DA RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DOS ESTADOS POR ATOS ILÍCITOS COMETIDOS CONTRA A COMUNIDADE INTERNACIONAL

Leonardo Neves de Albuquerque

Lucas Groff Campos

Raquel Dias de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.8852110033**

### **CAPÍTULO 4..... 36**

PROSECUTOR *VERSUS* JEAN-PIERRE BEMBA GOMBO: O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E A RESPONSABILIDADE DO COMANDO

Geziela lensue

**DOI 10.22533/at.ed.8852110034**

### **CAPÍTULO 5..... 60**

OS DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO INTERNACIONAL: PARA ALÉM DOS LIMITES DE UMA OBRIGAÇÃO ESPECÍFICA?

André Luiz Olivier da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.8852110035**

### **CAPÍTULO 6..... 74**

A IMPLEMENTAÇÃO DA CQCT/OMS E A PROPOSTA DE FIM DE JOGO DA EPIDEMIA DO TABACO NA VISÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Christiane Soares Pereira Madeira

Celso Murilo Madeira

Eglaise de Miranda Esposto

**DOI 10.22533/at.ed.8852110036**

### **CAPÍTULO 7..... 81**

MEDIDAS DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO:

## OS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

Tiffany Leite Yu

**DOI 10.22533/at.ed.8852110037**

### **CAPÍTULO 8..... 90**

#### **ASPECTOS PRÁTICOS DO DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SISTEMA JURIDICO BRASILEIRO**

Plinio Lacerda Martins

Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski

Paula Cristiane Pinto Ramada

**DOI 10.22533/at.ed.8852110038**

### **CAPÍTULO 9..... 99**

#### **O DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE: UMA ANÁLISE DO COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Mariana Boechat da Costa

**DOI 10.22533/at.ed.8852110039**

### **CAPÍTULO 10..... 113**

#### **O ESTADO E A FAMÍLIA COMO RESPONSÁVEIS PELA EFETIVAÇÃO DO DIREITO SOCIAL FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO**

Emanuelle de Souza Oberst Cordovil

Jenifer Bueno Diniz

**DOI 10.22533/at.ed.88521100310**

### **CAPÍTULO 11..... 130**

#### **DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO PARA A PAZ E COMUNICAÇÃO CONSTRUTIVO-HUMANIZADORA EM LÍNGUA PORTUGUESA**

#### **UMA ANÁLISE DIACRÔNICA E LINGÜÍSTICO-INTERCULTURAL DE GÊNEROS DISCURSIVOS, PARA A SUPERAÇÃO DE VIOLÊNCIAS E A CONSTRUÇÃO ÉTICO-PACIFISTA DE ALTERNATIVAS PARA UM MUNDO MELHOR**

Marcelo Bernardo de Andrade

Maria José de Matos Luna

**DOI 10.22533/at.ed.88521100311**

### **CAPÍTULO 12..... 143**

#### **DAS RELAÇÕES NEGOCIAIS À LUZ DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO**

Adiloar Franco Zemuner

João Pedro Bezerra Ferreira

Rodolfo Gonçalves de Aguiar

**DOI 10.22533/at.ed.88521100312**

### **CAPÍTULO 13..... 158**

#### **O FAIR USE NA INDÚSTRIA FONOGRAFICA: UM ESTUDO SOBRE A APLICABILIDADE NO DIREITO AUTORAL BRASILEIRO**

Monique Peixoto de Souza

Marcelo Romão Marineli

**DOI 10.22533/at.ed.88521100313**

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>171</b>
URBANIZAÇÃO, DIREITO À MORADIA E RISCOS DO PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL PREVISTO NA LEI NA LEI 9.514/1997	
Ivandel Valdir Moraes de Brito	
Jerri Adriani Barbieri	
<b>DOI 10.22533/at.ed.88521100314</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>189</b>
O AVANÇO DA RESOLUÇÃO ADEQUADA DE DISPUTAS NO BRASIL POR MEIO DA MEDIAÇÃO ONLINE	
Quíssila Renata de Carvalho Pessanha	
Sabrina Nagib de Sales Borges	
<b>DOI 10.22533/at.ed.88521100315</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>201</b>
ESCUA ATIVA COMO FERRAMENTA DE MUDANÇA E SEU PAPEL NA MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA	
Verônica de Oliveira Beninca	
Rita Santa de Faria de Sá	
<b>DOI 10.22533/at.ed.88521100316</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>213</b>
RESPONSABILIDADE CIVIL POR DST E O CASAMENTO	
Pamella Gomes do Valle	
Eddy Clebber Dalssoto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.88521100317</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>215</b>
CONSIDERAÇÕES TANGENTES ÀS PROPOSTAS DE REVOGAÇÃO DA LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL E A (DES)PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS	
Gabriela Brito de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.88521100318</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>230</b>
O ESTADO BRASILEIRO E O CONCEITO DE FAMÍLIA NO BINÔMIO MORALIDADE X LEGALIDADE	
Luis Felipe Rocha Rodrigues da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.88521100319</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>245</b>
RELAÇÕES POLIAFETIVAS E SUA IMPOSSIBILIDADE DE HOMOLOGAÇÃO NO CARTÓRIO PERANTE A DECISÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
Giovana de Paula Faria Correa Silva	
Thiago Rodrigues Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.88521100320</b>	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>259</b>
PRECEDENTES: INSTRUMENTOS FUNDAMENTADOS NA COERÊNCIA IMPERATIVA DA CONCRETIZAÇÃO JUSFUNDAMENTAL DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA IGUALDADE	
Lucas Moreschi Paulo	
DOI 10.22533/at.ed.88521100321	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>269</b>
OS DIFERENTES PARADIGMAS QUE FUNDAMENTAM O DIREITO BRASILEIRO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA COLETIVA DE CONSUMIDORES	
Rodrigo Aquino Bucussi	
DOI 10.22533/at.ed.88521100322	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>281</b>
A HIPERVULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR IDOSO FRENTE AO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO À LUZ DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE	
Fábio Oliveira Costa	
Leda Santana de Oliveira Noletto	
Zilmária Aires dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.88521100323	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>292</b>
A IMPORTÂNCIA DA DECISÃO DE OFÍCIO PELO JUIZ NOS CONTRATOS CONSUMERISTAS BANCÁRIOS: UMA CRÍTICA À SÚMULA 381 DO STJ	
Maria Lúcia Falcão Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.88521100324	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>307</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>308</b>

# CAPÍTULO 11

## DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO PARA A PAZ E COMUNICAÇÃO CONSTRUTIVO-HUMANIZADORA EM LÍNGUA PORTUGUESA UMA ANÁLISE DIACRÔNICA E LINGUÍSTICO-INTERCULTURAL DE GÊNEROS DISCURSIVOS, PARA A SUPERAÇÃO DE VIOLÊNCIAS E A CONSTRUÇÃO ÉTICO-PACIFISTA DE ALTERNATIVAS PARA UM MUNDO MELHOR

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

**Marcelo Bernardo de Andrade**

Universidade Federal de Pernambuco  
(PPGDH-UFPE)  
Recife - Pernambuco

**Maria José de Matos Luna**

Universidade Federal de Pernambuco  
(PPGDH-UFPE)  
Recife - Pernambuco

**RESUMO:** A Educação em Direitos Humanos e para a Paz é um compromisso com a sociedade atual e com a própria construção de futuro. O presente artigo, de cunho eminentemente teórico e com poucas incursões ainda no campo prático, integra a dissertação de mestrado em andamento sobre *Direitos Humanos e Educação para a Paz nas Escolas*. O objetivo é abordar o tema de forma crítico-reflexiva, por meio da análise diacrônica e linguístico-intercultural de gêneros discursivos, consubstanciada numa ótica da Educação para a Paz e da Comunicação Construtivo-Humanizadora em Língua Portuguesa, visando à superação de violências e à construção ético-pacifista de um mundo melhor por meio do fortalecimento de uma Cultura de Paz e respeito aos Direitos Humanos na sociedade. Para isso, utilizamos as estratégias de métodos mistos sequenciais e concomitantes (CRESWELL, 2010: p.38-39), com amostra não probabilística e intencional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos Humanos; Educação para a Paz; Paz Comunicativa; Comunicação Humanizadora.

**HUMAN RIGHTS, PEACE EDUCATION  
AND CONSTRUCTIVE-HUMANIZING  
COMMUNICATION IN PORTUGUESE  
LANGUAGE**

A DIACHRONIC AND LINGUISTIC-INTERCULTURAL  
ANALYSIS OF DISCURSIVE GENRES, TO  
OVERCOME VIOLENCE AND THE ETHICAL-PACIFIST  
CONSTRUCTION OF ALTERNATIVES FOR A BETTER  
WORLD

**ABSTRACT:** Education in Human Rights and for Peace is a commitment to today's society and to the very construction of the future. This current article, of an eminently theoretical nature and with few incursions in the practical field, integrates the ongoing master's dissertation on *Human Rights and Education for Peace in Schools*. The objective is to approach the theme in a critical-reflexive way, through the diachronic and linguistic-intercultural analysis of discursive genres, embodied in the perspective of Education for Peace and Constructive-Humanizing Communication in Portuguese, aiming at violence overcoming and the ethical-pacifist construction of a better world through the strengthening of a Culture of Peace and respect for Human Rights in society. For this, we used the strategies of mixed sequential and concomitant methods (CRESWELL, 2010: p.38-39).

**KEYWORDS:** Human rights; Education for Peace; Communicative Peace; Humanizing Communication.



*“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.” Nelson Mandela*

## 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Atirar o pau no gato...”, “Matar dois coelhos...”, “Deixar no gatilho...”, “Quebrar um galho...” ... versos, frases e expressões como essas tornaram-se bastante recorrentes na realidade comunicativa de nossa sociedade, ao longo de muitas e muitas décadas. Para alguns, nada demais “atirar-se o pau no gato”... “Qual o problema?”, afirmam muitos. “As crianças nem ligam para isso, nem percebem”... Será mesmo? Sobretudo, quando consideramos esta geração sociocognitivamente diferenciada que vemos nos dias de hoje. Tal percepção e tais “hábitos linguageiros” seriam reflexo de uma cultura de violência impregnada no universo linguístico do inconsciente coletivo ou mesmo no esteio da memória social?

Em um artigo recente nosso, publicado nos anais do X Congresso da ABraSD, realizado em Recife/PE (2019), ressaltamos o quanto a Educação para a Paz e os Direitos Humanos vêm-se tornando pauta recorrente de importantes agendas e discussões nas mais respeitadas assembleias internacionais e em várias partes do mundo, sobretudo diante da crise de valores em que se vê inserida a sociedade dita “pós-industrial” do século XXI, evidenciando um forte espectro de desumanidade e de indignidade humana (LORENZ, 1974). A partir desse contexto, conjecturamos:

Para uns, esse aumento do interesse mundial pelo assunto decorre das contínuas e nefastas violações desses direitos; para outros, revela uma tomada de consciência mais sensível e profunda por parte dos indivíduos e da própria sociedade acerca da relevância significativa da manutenção de tais direitos. Afinal, o reconhecimento e a proteção dos Direitos Humanos configuram-se como a base das constituições democráticas e a paz surge como pressuposto necessário para essa proteção efetiva desses direitos, não apenas em cada estado, como também no sistema internacional. (ANDRADE, 2019)

No que concerne ao âmbito educacional, alinhamo-nos ao pensamento de Boaventura de Souza Santos (2013), o qual preconiza que “o campo de conhecimento dos Direitos Humanos e da Educação para a Paz pode ser organizado de múltiplas maneiras – como disciplina, como tema gerador, como proposta interdisciplinar ou transdisciplinar –”, não apenas fundamentando planos de trabalho, orientando práticas e vivências, além de projetos de pesquisa extensionistas e culturais do sistema educacional, mas também contribuindo para a elaboração de itinerários educacionais formativos, unidades temáticas entre outras diretrizes didático-pedagógicas, voltadas, por exemplo, para a educação básica. Afinal, defendemos que a Educação em Direitos Humanos e para a Paz é um

compromisso com a sociedade atual e com a própria construção de futuro.

Por outro lado, no que se refere ao senso comum, muito se ouve falar, todavia pouco se conhece verdadeiramente sobre Direitos Humanos e Educação para a Paz. No atual cenário sócio-histórico e político-econômico, por exemplo, repleto de narrativas e práticas de preocupantes configurações armamentistas, patrimonialistas, nepotistas, misóginas, homofóbicas, desmatadoras-ruralistas, pseudodemocráticas, entre tantas outras (sobram lástimas, faltam palavras que definam tamanho retrocesso!), no qual o discurso de ódio preconceituoso e sectarista reverbera como “brado retumbante”, mimetizado sombriamente sob o lema “Pátria Amada Brasil”, não lhes faltam predicações levianas: “Direitos humanos é pra proteger bandido”, “Direitos Humanos são para humanos direitos”, etc.

Em vista disso, reiteramos, então, nosso posicionamento acerca dessa importante questão: Por que não se fortalecer a compreensão de que a Educação em Direitos Humanos é um compromisso com a sociedade atual e com a própria construção de futuro? Ademais, por que não se promover uma reflexão sobre a implementação de novas práticas pedagógicas no contexto escolar para a consolidação de uma cultura de paz e também de respeito aos Direitos Humanos?

Enfim, o presente artigo, de cunho eminentemente teórico e com poucas incursões ainda no campo prático, integra a dissertação de mestrado em andamento sobre *Direitos Humanos e Educação para a Paz nas Escolas*. O objetivo é abordar o tema de forma crítico-reflexiva, por meio da análise diacrônica e linguístico-intercultural de gêneros discursivos, consubstanciada numa ótica da Educação para a Paz e da Comunicação Construtivo-Humanizadora em Língua Portuguesa, visando à superação de violências e à construção ético-pacifista de um mundo melhor por meio do fortalecimento de uma Cultura de Paz e respeito aos Direitos Humanos na sociedade.

Do ponto de vista metodológico, o estudo é tipologicamente calcado em métodos mistos, de concepção filosófica Pragmática (CRESWELL, 2010: p.34. Quanto às abordagens de investigação, utilizamos as estratégias de métodos mistos sequenciais e concomitantes (CRESWELL, 2010: p.38-39), com uma amostra não probabilística e intencional ou de seleção racional constituída por textos (ou excertos) que apresentam características do discurso pacifista e de estímulo à consciência e educação formativa para os direitos humanos, pertencentes a diferentes tipologias e gêneros textuais.

A estruturação da análise dos gêneros está calcada, entre outras vertentes teóricas, nos aportes da Linguística Aplicada (MASCUSCHI: 2002, 2004, 2006), da Pedagogia da Positividade (GOMES DE MATOS, 1996) e da Paz Comunicativa (GOMES DE MATOS, 2002), considerando-se não apenas o modo como a linguagem está estruturada, mas também os significados construídos nos diversos contextos do cotidiano, relacionando-os à percepção de língua como um sistema semiótico de prática social, consubstanciada numa perspectiva discursiva formativa, linguístico-intercultural, sociointeracionista e multimodalizada, mais humanizadora e pacifista.

## 21 DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO DE LÍNGUA, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO PARA A PAZ

Considerando-se esta importante perspectiva de Educação para a Paz e da construção ético-pacifista de um mundo melhor, notadamente no âmbito dos estudos das Ciências da Linguagem, julgamos oportuno destacar preliminarmente as grandes conquistas advindas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), regulamentada em 1998 pelas Diretrizes do Conselho Nacional de Educação e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Nela, a contextualização sociocultural ganha espaço, contemplando um conhecimento reflexivo e crítico, considerado não apenas como produto da ação humana, mas como instrumento de análise, transformação e criação de uma realidade concreta. Enfim, supera-se a visão gerativista e “engessada” que anteriormente predominava no ensino de Língua Portuguesa na escola.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEMs), na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (pág. 25), no que concerne aos processos que podem convergir de forma articulada para a aquisição e o desenvolvimento das competências e habilidades do segundo grupo de competências – Investigação e Compreensão – destacam como essenciais ‘a análise dos recursos expressivos das linguagens’, ‘a articulação de redes de diferenças e semelhanças entre as linguagens’ e, sobretudo, a recuperação do patrimônio representativo da cultura, entre outras.

Para tanto, uma vez que os PCNEMs apontam a história cultural como elemento constitutivo dos conceitos e das competências, os dois eixos “Representação e Comunicação” e “Investigação e Compreensão” adquirem absoluta significação, sendo passíveis de uma análise mais profunda apenas quando se leva em conta sua intersecção com o terceiro eixo, o da Contextualização Sociocultural, porquanto os processos simbólicos se configuram como construção humana historicamente contextualizada.

Em consonância com essa perspectiva, Seraine (1985: 116) observa que “através das formas simbólicas, a linguagem em si mesma deve ser considerada um fenômeno cultural, um saber que se aprende e transmite como um legado tradicional da própria sociedade.” O conhecimento da linguagem, enquanto manifestação viva das relações culturais, sempre se configurou como uma preocupação significativa na visão de renomados teóricos.

O campo conceitual do dialogismo bakhtiniano, por exemplo, pode ser visto preliminarmente como uma reivindicação de vários contextos e sistemas de cultura. Filosoficamente, “o existir humano é essencialmente cultural” (VANNUCCHI, 1999, p.9), i. e., o homem não apenas sente, faz e age com relação à cultura, mas também pensa e reflete sobre o sentido de tudo no mundo.

As formulações de Bakhtin sobre os gêneros discursivos no contexto das interações de uma cultura dialogicizada postulam que “[...] na esfera comunicativa da cultura tudo

reverbera em tudo, uma vez que nela as formas culturais vivem sob fronteiras” (MACHADO, 2007, p.152). As esferas de uso da linguagem podem ser dialogicamente configuradas (BAKHTIN, 2000, 2017) em função do sistema de signos que as realizam, conquanto o gênero se configure como uma forma enunciativa que depende muito mais do contexto comunicativo e da cultura do que da própria palavra.

Ao se estudar a língua, os contextos socioculturais em que ela ocorre são elementos básicos e, muitas vezes, determinantes de suas variações, explicando e justificando fatos que apenas linguisticamente seriam difíceis ou até impossíveis de serem determinados.

Língua e cultura constituem um todo inseparável, são fenômenos conjugados. O estudo da cultura abrange o estudo da língua. Essa, por sua vez, enquanto fenômeno social e interativo, realiza-se sob a forma de gêneros. Cultura, língua e gênero são fenômenos que devem ser analisados em suas inter-relações. Essa ideia ganha respaldo na fala de Bueno:

A língua não existe como entidade própria. Ela reflete, através de seu vocabulário, não apenas o indivíduo, mas especialmente a sociedade que a utiliza. Como toda sociedade traz inerentes traços culturais próprios, há uma relação estreita entre linguagem e cultura, uma como reflexo da outra (Bueno, 1964, p.135).

Por sua vez, Bourdieu (1998) defende que o direito de criatividade léxica, cujos frutos assumem um valor simbólico e preenchem lacunas em vários contextos linguísticos, é dado a todos os membros de uma comunidade. Assim, os aspectos criativos do emprego do léxico remetem à importância deste para o estudo e a construção da cultura. Isso se dá, entre outras razões, pelo fato de que estudar o léxico leva à compreensão das concepções e fatos da vida cotidiana, visto ser modelo e modelador de cultura.

Nesse sentido, conforme afirma Araújo (2001:136), “(...) não se pode perder de vista a questão da identidade cultural”. Considerando-se o contexto educacional e didático-pedagógico, “o importante é levar o aluno a ‘Ter’ uma consciência intercultural ou praticar uma pedagogia intercultural”, uma vez que em ambas devem-se considerar os aspectos linguísticos e os valores sócio-históricos e culturais dos interlocutores.

Duas décadas depois da regulamentação da LDB e dos PCN, mais precisamente no dia 20 de dezembro de 2017, o Ministério da Educação homologa a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Trata-se de um documento de caráter normativo que regulamenta o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica, nas escolas brasileiras de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Abaixo, para fins de breve análise, listamos as competências específicas da Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias para o Ensino Médio preconizadas por esse importante documento:

1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais

(artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.

**2.** Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.

**3.** Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.

**4.** Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza.

**5.** Compreender os processos de produção e negociação de sentidos nas práticas corporais, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade.

**6.** Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.

**7.** Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva.

A partir da leitura das competências acima descritas, pode-se observar diacronicamente a ampla relação existente entre as diretrizes curriculares contidas na LDB e nos PCN dos anos 90, as novas diretrizes curriculares regulamentadas pelo governo com a BNCC e o que discutimos previamente sobre língua, linguagem, léxico, cultura, direitos humanos, entre outros conceitos. Importa destacar ainda a ênfase dada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) à chamada educação socioemocional (*Social Emotional Learning* – SEL).

Com efeito, em todas as dez competências gerais da BNCC estão presentes

as competências e habilidades socioemocionais.<sup>1</sup> Ao preconizar que as habilidades socioemocionais estão a serviço dos conteúdos curriculares, a Base não apenas ratifica, como também formaliza a sua importância. A escola passa, assim, a ocupar um novo lugar no que se refere à circulação do conhecimento, uma vez que está desafiada a trabalhar e desenvolver o binômio “competências cognitivas/acadêmicas” e “competências socioemocionais”.

Sobre isso, o CASEL (2015) aponta que “investir em competências socioemocionais beneficia o aluno não apenas no desenvolvimento dessas competências, mas também no desempenho escolar de modo geral e na manutenção de uma sociedade pró-social”. Conclui-se, pois, que para se trabalhar adequadamente as competências socioemocionais no contexto escolar do aluno do século XXI, é preciso que elas sejam o foco de qualquer que seja a proposta curricular consubstanciada a partir da BNCC.

Assim, de uma perspectiva de ensino mecanicista, fragmentada e descontextualizada, observa-se que as novas diretrizes curriculares nacionais da educação básica apontam na direção de uma perspectiva mais humanizadora, ético-pacifista e de formação integral do educando, primando ainda pelo fortalecimento de uma Cultura de Paz e respeito aos Direitos Humanos na sociedade, a partir do contexto escolar.

### **3 | PEDAGOGIA DA POSITIVIDADE, PAZ COMUNICATIVA E COMUNICAÇÃO CONSTRUTIVO-HUMANIZADORA EM LÍNGUA PORTUGUESA**

Como vimos, as novas diretrizes curriculares previstas na BNCC e as novas práticas didático-pedagógicas no contexto escolar começam a refletir o relevante papel social que a escola tem a cumprir. Em nosso entendimento, tal relevância se configura como ainda mais eminente, quando se vislumbra uma ‘dimensão humanizadora da educação’ (GOMES DE MATOS, 2002, 2009),

No que chamou de Estudos Humanizadores da Linguagem, Gomes de Matos (2009) esclarece o uso do adjetivo humanizador para o linguista: “O linguista é humanizador quando está imbuído dos valores/ideais de direitos humanos, justiça, paz, dignidade e os aplica em seu trabalho, em sua vida.” Ele também recomenda que “ao se fazer Linguística, de maneira dinâmica, envolvente, cativante, deve-se pensar no bem comunicativo que os ensinamentos e as pesquisas poderão fazer aos usuários de línguas, por meio de uma Linguística com tríplice fundamento: humana, humanizadora e da paz.”

Em tese, trata-se de uma prática pedagógica e linguística intercultural, voltada “para o aprimoramento do ser humano como ente comunicador amante da paz” rumo à paz comunicativa como nos ensina Gomes de Matos (1990:95). No campo da competência

---

1 Para hipertextualizar e ampliar os seus conhecimentos acerca das competências socioemocionais e de que forma elas se inter-relacionam com a BNCC, com ampla referência bibliográfica, sugerimos acessar o link <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/195-competencias-socioemocionais-como-fator-de-protecao-a-saude-mental-e-ao-bullying>

comunicativa, ou saber de uso, nos termos de Haug e Rammer (1978:87), apoiados por Dell Hymes, entendemos não só como ‘o aprender palavras, seus significados e regras de conexão’, mas sobretudo, o ‘saber usar na interação com os outros’.

Logo na Introdução deste artigo, chamamos a atenção para alguns versos, frases e expressões que se tornaram muito comuns na realidade comunicativa de nossa sociedade, ao longo de muitas e muitas décadas: “Atirar o pau no gato...”, “Matar dois coelhos...”, “Deixar no gatilho...”, “Quebrar um galho...”.

Nesta seção, propusemo-nos a realizar uma breve análise diacrônica e linguístico-intercultural de gêneros discursivos, para a superação de violências e a construção ético-pacifista de alternativas para um mundo melhor. Iniciemos diacronicamente, por algumas parlendas bastante conhecidas e amplamente cantadas ao longo de gerações e gerações infantis, segundo fontes de certo modo populares e incertas, desde o Século XIX até o final do Século XX.

#### **ATIREI O PAU NO GATO**

Atirei o pau no gato tô tô  
Mas o gato tô tô  
Não morreu reu reu  
Dona Chica cá  
Admirou-se se  
Do berro, do berro que o gato deu:  
Miau!

#### **SAMBA LELÊ**

Sambalelê tá doente  
Tá com a cabeça quebrada  
Sambalelê precisava  
É de umas boas palmadas/lambadas  
Samba, samba, samba oh lelê  
Samba, samba, samba oh lalá  
Samba, samba, samba oh lelê  
Pisa na barra da saia

#### **O CRAVO BRIGOU COM A ROSA**

O cravo brigou com a rosa  
Debaixo de uma sacada  
O cravo saiu ferido

E a rosa despedaçada  
O cravo ficou doente  
E a rosa foi visitar  
O cravo teve um desmaio  
E a rosa pôs-se a chorar  
A rosa fez serenata  
E o cravo foi espiar  
As flores fizeram festa  
Porque eles vão se casar

Como afirmamos antes, para alguns, nada demais “atirar-se o pau no gato”... “Qual o problema?”, afirmam muitos. “As crianças nem ligam para isso, nem percebem”... será mesmo? Sobretudo, quando consideramos esta geração sociocognitivamente avançada dos dias de hoje.

Analisando-se linguístico e semântico-discursivamente a letra primeira canção, observamos que o verso “Atirei o pau no gato”, em si, já revela uma atitude de extrema violência contra os animais. “Atirar”, lançar como um tiro... com força, realmente para machucar. A **ação** certamente não foi pacífica. O emprego da conjunção coordenativa adversativa “mas” revela a mudança na direção argumentativa, uma oposição semântica que de certo modo expõe a intencionalidade do sujeito-autor da agressão: “Mas, o gato não morreu” ... ele lamenta por não ter conseguido matar o pobre gato. E diz que a “Dona Chica admirou-se do berro que o gato deu”, certamente um “berro” de dor e profundo sofrimento decorrente da agressão. No final, as crianças, mãos dadas, sorridentes, celebram em uníssono o sofrimento do animal, reproduzindo o grito de dor do gato gravemente ferido: “miau!”... um terrível contrassenso.

A essa versão terrível e desumanizante, opõem-se uma outra bem mais construtiva e edificante, surgida, acredita-se, no começo do Século 21:

“Não atire o pau no gato-tô  
Porque isso-sô  
Não se faz (Não! Não!)  
O gatinho-nho  
É nosso amigo-go  
Não devemos maltratar os animais  
Miau!”  
Numa versão cristã, formula-se:  
“Jesus Cristo-to  
Nos ensina-na  
A amar, a amar os animais  
Miau!”



Já nas canções seguintes, poderíamos questionar: O Cravo precisa mesmo brigar com a Rosa? (os mais críticos apontam uma apologia da violência contra a mulher) Por que não: “O Cravo **brincou** com a Rosa? É a pobre da “Samba Lelé”... estava doente, com a cabeça quebrada e ainda precisava de uma boas palmadas/lambadas? Precisava de umas boas “risadas”, isso sim! Afinal, há vertentes científicas que defendem que o riso é terapêutico.

Tal percepção e tais “hábitos linguageiros” seriam reflexo de uma cultura de violência impregnada no universo linguístico do inconsciente coletivo ou mesmo no esteio da memória social? Reflexo de uma comunicação violenta? Gomes de Matos (2002, 2009), contrapondo-se à forma como as pessoas podem perpetrar atos comunicativos violentos, no que chamou de “contínuo desumanizador da ofensividade”, indagou: “Mas, caberia perguntar, e o lado positivo da comunicação? Teremos aprendido – em nossa educação comunicativa – a usar um vocabulário construtivo, promotor do que chamamos paz comunicativa?” A inexistência de estudos nessa área levou esse emérito professor, um dos precursores da Linguística da Paz, a desenvolver uma proposta de comunicação construtiva a partir do início da década de 90, publicando o livro “Pedagogia da Positividade, subtítulo Comunicação construtiva em Português”, pela Editora da UFPE, em 1996.

Nessa publicação ele formula o que chamou de Dez Princípios para uma Pedagogia da Positividade, posteriormente sintetizado em cinco:

1. O ser humano tem direito a uma vida construtiva
2. O ser humano tem o direito de ser educado para o Bem
3. O ser humano tem o direito de aprender a aprender a usar vocabulário e fraseologias construtivas nos mais diversos contextos.
4. O ser humano tem o dever de usar sua língua materna e outros idiomas de maneira humanizadora.
5. A Sociedade tem a responsabilidade de promover uma educação construtiva, a partir da Pré-Escola. Ensinar-Aprender Bem é necessário, mas insuficiente, no mundo atual, caracterizado por tantos conflitos. Precisamos saber Ensinar-Aprender para o Bem.

Anos mais tarde, o emérito professor escreve um outro livro (GOMES DE MATOS, 2002). Nele, formula outros 10 princípios para se humanizar a comunicação, agora com foco em direitos-deveres, novamente sintetizados em cinco:

1. Amemos nosso próximo linguístico
2. Usemos a língua portuguesa construtivamente
3. Empenhemo-nos em promover a Paz Comunicativa
4. Exercemos/Reivindicamos nossos Direitos Linguísticos
5. Desafiemo-nos a ir além do Comunicar bem: criemos um comunicar para o Bem.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares da pesquisa, à qual este artigo está ligado, apontam que os gêneros textuais estudados apresentam estruturas sintático-semântico-discursivas bastante características e constituem um importante instrumento de ensino, não apenas de Língua Portuguesa. Além de se configurarem como recursos didático-pedagógicos essenciais no desenvolvimento de competências e habilidades sociocomunicativas dos educandos, em contextos formais e informais de uso da língua, fortalecem a construção e a disseminação de uma Cultura de Paz e respeito aos Direitos Humanos na sociedade, a partir do contexto escolar, em consonância com o que preceituam os PCN e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A Paz pode ser pedagogizada e entendida como uma construção continuada. Construir uma Cultura de Paz e respeito aos Direitos Humanos é, pois, promover as transformações necessárias e indispensáveis para que a paz seja o princípio governante de todas as relações humanas e sociais. Segundo Guimarães (2011), o desafio está em pensar a Educação para a Paz no coração do currículo (conjunto de vivências realizadas no processo educacional). Superar o episódico e o fragmentado que caracteriza muitas iniciativas pedagógicas em torno da paz.

Ademais, construir o paradigma da Cultura de Paz e respeito aos Direitos Humanos é, pois, promover as transformações necessárias e indispensáveis para que a paz seja o princípio governante de todas as relações humanas e sociais. Assim sendo, o ato de educar para a paz vai requerer completa revisão nos sistemas de ensino, na escola, nos currículos, na formação dos professores e na organização do trabalho escolar, tendo como fundamento o respeito à natureza, à democracia e à não-violência. O eminente educador Paulo Freire afirmava que “Quando a Educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”.

Cabe nesse momento, compreendermos a possibilidade de construirmos uma nova utopia, que tenha como valores a humanidade e a vida do planeta Terra. Nessa perspectiva, o resgate de princípios éticos – a solidariedade, a fraternidade e a paz ... – configuram-se como alternativas verdadeiras e que geram consequências imediatas para a vida das pessoas.

Nesse sentido, faz-se mister esclarecer que não é necessário ser um “grande expoente do pacifismo mundial” para utilizar o *discurso pacifista*, uma vez que qualquer pessoa ‘comum’ é capaz de produzi-lo. Esse discurso não está necessariamente associado à “figura do pacifista”, já que os seus elementos composicionais podem aparecer como parte constitutiva dos inúmeros discursos existentes na sociedade, manifestando-se nos mais variados gêneros (editorial, artigo de opinião, entre outros).

Por sua vez, o ‘discurso pacifista’ possui estruturas linguísticas peculiares e pode se manifestar através dos mais variados gêneros. Esses, por sua vez, constituem

um importante instrumento para o ensino de língua materna, pois funcionam como um mediador essencial no desenvolvimento de habilidades de leitura, escrita e produção de fala em contextos formais de uso da língua, dentro e fora da escola.

Além disso, língua, sociedade e cultura são indissociáveis, interagem continuamente. É a língua que possibilita, no seu mais expressivo sentido, a identidade assumida pelo indivíduo ante os próprios atos e a sua fala. Assim sendo, toda a visão de mundo, a ideologia, os sistemas de valores e as práticas socioculturais das comunidades humanas são refletidos em seu léxico. E é nesse contexto que o ensino de Língua materna pode também se configurar como um importante aliado na construção e na disseminação de uma Cultura de Paz e respeito aos Direitos Humanos na sociedade, a partir do contexto escolar.

Por fim, recordando as palavras do eminente pacifista Martin Luther King: “O que me preocupa não é nem o grito dos corruptos, dos violentos, dos desonestos, dos sem caráter, dos sem ética... o que me preocupa é o silêncio dos bons”. Sejamos, pois, proativos nessa grande construção, e não omissos. Sejamos, pois, na perspectiva Ghandiana, a mudança que desejamos ver no mundo.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.B. (2019). **Anais do X Congresso da ABraSD: trabalhos completos**. ISSN 2358-4270 pág. 1453-62.

ARAÚJO, G. M. L. de. (2001) **Interculturalismo: perspectivas de ensino**. EDITORA UNIVERSITÁRIA: Recife, 2001. In.: Investigações: linguística e teórica literária. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFPE. Recife: Ed. Universitária. Vol. 5 p.136

BAKHTIN, M. (2000) **Estética da Criação Verbal**. 3ª ed. São Paulo, Martins Fontes. Capítulo “Os gêneros do Discurso” (1952-1953)

\_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Organizadores: NOGUEIRA, Maria Alice.; CATANI, Afrânio. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio (PCNEMs)** – linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEMT, 1999.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/ CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: < 568 [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)>. Acesso em: 11 de agosto. 2017.

BUENO, S. **Estilística brasileira**. São Paulo: Saraiva, 1964.

CASEL. **Casel Guide – Effective Social and Emotional Learning Programs**. Disponível em: <http://secondaryguide.casel.org/#Outcomes>>. Acesso em: 26 dez. 2019.

- CRESWELL, Jonh W. **Projeto de Pesquisa. Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- GOMES DE MATOS, Francisco C. **Pedagogia da Positividade: Comunicação Construtiva em Português**. Recife, Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Comunicação para o Bem: rumo à Paz Comunicativa**. São Paulo: Ave Maria, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Prefeitura e povo: comunicação exemplar?** Revista Ave Maria. Março / 2005, p. 16-17.
- GUIMARÃES, M. R. **Educação para a paz: sentidos e dilemas**. EDUCS, 2011.
- HAUG, Ulrich y RAMMER, George. (1979) **Psicología del lenguaje y teoria de la comprensión**. Madrid: Madrid editorial. (versión espanõla de Francisco Meno Blanco). Biblioteca Românica Hispânica.
- LDB - *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (1996), regulamentada em 1998 pelas Diretrizes do Conselho Nacional de Educação e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais Parâmetros para o Ensino Médio (PCNEMs), 1998.
- LUNA, M.J.M.; ARAÚJO, G.M.L. **Cultura de paz em escolas públicas: resultados de uma experiência**. In: Cultura de paz: educação do novo tempo / coordenação Marcelo Pelizzoli (Org.). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. p. 99-114
- MACHADO, Irene. (2007) **Gêneros discursivos**. In: Brait, Beth. Bakhtin – conceitos-chave. 4 ed. São Paulo: Contexto. p. 151 – 166
- MARCUSCHI, Beth & CAVALCANTE, Marianne. (2005) **Atividades de escrita em livros didáticos de língua portuguesa: perspectivas convergentes e divergentes**. In: M.G. Costa Val & B. Marcuschi (Orgs.), *Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania*. Belo Horizonte: CEAL/Autêntica.
- \_\_\_\_\_. (2004) **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. Recife: Departamento de Letras, UFPE. 2. versão. p. 89-142
- \_\_\_\_\_. (2004) MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Perspectivas no ensino de Língua Portuguesa nas trilhas dos Parâmetros Curriculares Nacionais** In: Língua Portuguesa em Calidoscópio. São Paulo: EDUC- Editora da PUC de São Paulo, p. 259-282.
- \_\_\_\_\_. (2007) **Cognição, Linguagem e Práticas Interacionais**. São Paulo: Lucerna / Zeus.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento / Boaventura de Sousa Santos, Marilena Chauí**. São Paulo: Cortez, 2013.
- SERAINE, Florival. **Linguagem e cultura - estudos e ensaios**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1985. p.116
- VANNUCCHI, Aldo. (1999) **Cultura brasileira – o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescente 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 114, 125, 126, 127, 128, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 225, 226, 227

Alienação parental 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229

### C

Comunidade internacional 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 60, 62, 64, 66, 72, 75

Constitucionalismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 106, 247

Consumidor 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 192, 269, 270, 271, 274, 276, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 298, 299, 300, 303, 304, 305, 306

Contratos consumeristas 292, 305

Criança 63, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 114, 123, 125, 126, 127, 128, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228

### D

Dados pessoais 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 194

Decisão de ofício 292

Direito 1, 4, 5, 7, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 52, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 134, 139, 143, 146, 148, 150, 151, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 196, 201, 205, 206, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 302, 303, 305, 306, 307

Direito à moradia 171, 174, 176, 184

Direito autoral 158, 159, 160, 161, 162, 164, 166, 167, 168

Direito civil 62, 156, 157, 186, 214, 229, 231, 233, 241, 242, 243, 256, 257, 258, 307

Direitos humanos 1, 2, 4, 5, 11, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 55, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 92, 101, 106, 114, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136,

140, 141, 142, 187, 209, 211, 215, 216, 223, 226, 228, 247, 249, 274, 290, 307

## **E**

Educação 1, 77, 87, 89, 106, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 163, 164, 189, 206, 207, 211, 217, 218, 225, 240, 241, 289, 299, 304, 307

## **F**

Família 64, 83, 84, 87, 88, 113, 114, 118, 125, 126, 127, 150, 151, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 223, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 287, 289, 293

## **H**

Hipervulnerabilidade 281, 282, 286, 287, 289, 290, 291

## **I**

Idoso 281, 282, 283, 286, 287, 288, 289, 290, 291

Interpretações 13, 17, 19, 118, 167, 241, 266, 267, 277, 291

## **M**

Mediação 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 221, 222, 226, 227, 228

Medidas de proteção 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 289

## **P**

Políticas públicas 1, 106, 109, 114, 121, 127, 187, 217, 222, 225, 249, 269, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 278, 279, 280, 304, 307

Princípios 4, 5, 7, 10, 13, 17, 18, 25, 26, 27, 41, 42, 49, 55, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 92, 95, 104, 109, 110, 111, 113, 116, 117, 123, 124, 126, 127, 128, 135, 139, 140, 154, 163, 164, 171, 176, 178, 179, 199, 201, 202, 203, 210, 217, 231, 232, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 245, 246, 247, 249, 251, 254, 255, 256, 257, 258, 261, 263, 264, 267, 268, 273, 284, 288, 292, 297, 303, 304, 305

Privacidade 90, 94, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 192, 200

## **R**

Relações poliafetivas 245, 246, 253, 254, 255, 257

Responsabilidade 18, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 63, 75, 77, 83, 84, 109, 110, 111, 118, 119, 122, 123, 125, 127, 139, 152, 160, 173, 197, 199, 209, 213, 214, 226, 242, 291, 299





Responsabilidade civil 24, 75, 213, 214

## S

Segurança jurídica 104, 168, 172, 180, 192, 193, 214, 243, 251, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 267, 268, 305

# Direito:

Ramificações, Interpretações e Ambiguidades





-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)





# Direito:

Ramificações, Interpretações e Ambiguidades

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

